

## CAPÍTULO 11 – Raça e cultura em *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mucambos*

José Wellington de Souza

### I. Introdução

Iniciar uma leitura crítica sobre a obra de Gilberto Freyre – especialmente tratando-se de *Casa grande & senzala* (1933) e *Sobrados e mucambos* (1936), obras fundantes do pensamento do autor, e que se destacam entre as mais importantes da sociologia brasileira – constitui uma longa e árdua tarefa. Tarefa dificultada pela tendência ao confinamento e à redução das obras a uma abordagem racial, que acaba por descambar nas interpretações, simplistas e muitas vezes equivocadas, manifestas na defesa da existência de uma suposta teoria da “democracia racial”, muito usada por comentadores de Gilberto Freyre, a despeito do fato de não haver uma única menção da mesma nas obras *Casa grande & senzala* e *Sobrados e mucambos*. Outra acusação que pesa sobre a obra de Freyre diz respeito da “tese do branqueamento”, que se trata de um suposto plano elaborado pelas “elites brancas” para se diluir a “raça” negra na branca por meio da miscigenação, plano do qual Gilberto Freyre faria parte, mesmo que tal afirmação seja difícil de ser sustentada se nos restringirmos aos textos do autor.

As interpretações que fundamentam a “tese do branqueamento” e a de “democracia racial” foram difundidas em obras que ganharam grande destaque não apenas entre os leitores acadêmicos, como entre o público em geral. Dentre as obras responsáveis pela difusão de tal interpretação destaca-se *Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, escrito pelo brasilianista norte-americano Thomas E. Skidmore (1976), obra obrigatória para aqueles que pretendem tratar do pensamento nacional brasileiro do início do século XX.

Assim, a maioria dos comentadores de Gilberto Freyre tomam como certo o pressuposto de que o autor sustentava uma visão paradisíaca da sociedade brasileira e de que fazia a descrição das relações existentes entre os distintos grupos humanos durante a colonização e a formação nacional do Brasil como sendo um exemplo sui generis de harmonia e confraternização, apesar de estarem esses grupos separados por “raças”, ou etnias, e pelas posições sociais extremadas pelo regime escravocrata.

Os autores que pretendem escapar das leituras mais usuais, e afastar Gilberto Freyre dos estigmas que marcam sua obra da questão racial, refugiando-se num suposto culturalismo boasiano, presente na obra de Freyre.

Pretendo apresentar aqui uma leitura baseada na leitura das definições de raça e cultura presentes na obra do autor, que me parecem estar apoiadas em um projeto de definição da civilização tropical, baseado em teorias racialistas que buscam definir para o Brasil uma raça genuinamente nacional. Para tanto, pretendo analisar e tencionar as definições de raça e cultura na obra de Gilberto Freyre, tentando decifrar o sentido que o autor oferecia a tais termos, baseando-se da teoria antropológica de Franz Boas (1940), sem, no entanto, tomar os termos raça e cultura como antagonicos, a exemplo de autores como Ricardo Benzaquen de Araujo (1994) e Celso Castro (2002), mas tentando entender esses termos como complementares, como o próprio Boas parece ter feito.

## 2. Gilberto Freyre e a antropologia de Franz Boas

Diante da problemática produzida pela discussão racial, manifesta na interpretação que usualmente se faz sobre a obra de Freyre, tanto como acusação da presença de uma teoria da “democracia racial” quanto da suposta existência de uma tese do “embranquecimento”, a solução encontrada por um grande número de intelectuais interessados na interpretação do Brasil contida em *Casa grande & senzala* e em *Sobrados e mucambos* foi acirrar a oposição entre os termos raça e cultura na obra do autor, supervalorizando o último termo.

É fato que a obra de Franz Boas foi importante não apenas para o pensamento antropológico que se estabelecia no início do século XX, mas também como elemento importante para a superação das considerações racistas até então presentes na disciplina. Tais afirmações aparecem na seleção de artigos do autor, organizada, selecionada e traduzida pelo professor Celso Castro, sob o título de *Antropologia Cultural* (2002), mas a importância da obra de Boas poderia ser reduzida a simples substituição de raça por cultura? Esta é a impressão que temos ao ler o curto volume apresentado por Castro, com cinco artigos de Boas, onde apenas um trata do tema racial, enquanto outros abordam questões metodológicas e críticas feitas por Boas ao “método comparativo” e “difusionista”, em detrimento do “relativismo cultural” e da valorização das diferentes culturas, apregoados pelo antropólogo alemão (CASTRO, 2002, p. 14-17), enquanto na coletânea *Race, language and Culture* (1940), composta por 62 artigos, organizada por Boas, 20 deles tratam do tópico raça.

A justificativa apresentada por Castro para a escolha de artigos é justificada pelo fato de serem escritos que tratam de questões metodológicas, e no fato de se tratar de uma obra destinada à introdução do tema para estudantes. Apesar da coerência de tais argumentos, algumas conclusões de Castro em seu prefácio parecem ressaltar o papel das teorias de Boas na supressão do termo raça em detrimento à cultura como ponto forte da teoria boasiana, e consequentemente na maneira de Gilberto Freyre entender o as relações raciais no Brasil. Castro parece tomar tais fatos como dados, restringindo-se a citar um famoso trecho da introdução de *Casa grande & senzala*, para justificar suas suposições. No trecho em questão Freyre assume sua dívida intelectual para com o seu antigo professor da Universidade de Columbia ao afirmar:

Foi o estudo de Antropologia sob a orientação do Professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre *raça* e *cultura*; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio. Também no da diferenciação de entre hereditariedade de raça e hereditariedade de família (CASTRO, 2002, p. 20 apud FREYRE, 1977, p. vii-viii).

Tal concepção faz da antropologia boasiana portadora da capacidade ímpar de substituir o uso do termo raça, como elemento explicativo da constituição do homem e dos grupos humanos, pela noção de cultura, entendido como o elemento explicativo dominante e o grande trunfo tanto na obra de Franz Boas quanto em *Casa grande & senzala*.

De fato, a compreensão da perspectiva boasiana como antirracista e de Boas como fundador da antropológica culturalista não destoam da análise de

pesquisadores dedicados à elaboração de uma narrativa da histórica do corpo da disciplina antropológica, e seguem de perto as afirmações de antropólogos como Thomas Hylland Eriksen e Finn Sivert Nielsen, que em seu *História da Antropologia* (2007), por exemplo, afirmam a existência de tais virtudes em Franz Boas quando o elegem como um dos fundadores da disciplina antropológica ao lado de Malinowski, Radcliffe-Brown e Marcel Mauss.

A respeito da atuação de Boas contra a antropologia evolucionista e racista, a qual contrapôs sua valorização da cultura, os autores são enfáticos:

Boas foi um dos primeiros e mais incansáveis críticos do racismo e da ciência inspirada por ele – esta contava com defensores entre o establishment da antropologia vitoriana. Esses antropólogos haviam afirmado que cada “raça” tinha um potencial inato distintivo para desenvolvimento cultural. Boas respondeu que a cultura era *sui generis* – sua própria fonte – e que diferenças inatas não podiam explicar o volume impressionante de variação cultural que os antropólogos já haviam documentado. O termo relativismo cultural, a que nos referimos várias vezes acima, foi efetivamente cunhado por Boas (ERIKSEN; NIELSEN, 2007, p. 54).

Tais considerações também foram feitas por Ricardo Benzaquen de Araujo, que afirmou ser possível encontrar afirmações nesse sentido em diversas outras passagens de *Casa grande & senzala* assim como de *Sobrados e mucambos*, citações que confirmam o apego de Freyre em relação ao pensamento de Boas (ARAUJO, 1994).

No entanto, Ricardo Benzaquen de Araujo afirma haver uma relação ambígua entre raça e cultura nos livros de Gilberto Freyre, que, para além das descrições culturais, estão repletos de citações a respeito de raças distintas assim como de uma detalhada descrição de características fisiológicas que teriam facilitado, em alguns casos, e dificultado em outros, a adaptação de determinados grupos humanos a determinados climas. Tais reflexões servem de base para as diversas afirmações de Freyre a respeito do fracasso de europeus não ibéricos no processo de povoação de regiões tropicais. De acordo com Araujo, tais declarações soam realmente como uma contradição e dão o aspecto de confusão no uso dos termos raça e cultura, o que inclusive já havia sido denunciado por Luiz Costa Lima (1989) que entendia tal confusão de conceitos como uma característica inerente à obra de Gilberto Freyre. A posição de Costa Lima foi comentada por Araujo, que afirmou:

Com efeito, como já foi dito antes, desde o texto de Costa Lima (1989), a maior dificuldade que adviria do fato de Gilberto empregar noções tão contraditórias quanto as de raça e cultura residiria, exatamente, na extrema imprecisão que passa então a povoar o seu texto. Esta imprecisão, obviamente, tende só a aumentar com o aparecimento da idéia de clima, inclusive porque todas elas parecem ser tratadas em pé de igualdade, consideradas como equivalentes e quase sinônimas, numa indefinição que poderia apenas afastar a sua reflexão dos critérios que orientam a atividade científica (ARAUJO, 1994, p. 38-39).

Na tentativa de explicar a imprecisão no uso de termos por Gilberto Freyre, Ricardo Benzaquen afirma que ela se dá pelo fato de o autor ter feito uma leitura pouco ortodoxa da tradição fundada por Boas. Para Araujo, Freyre teria lançado mão de uma definição muito específica do termo raça, que poderia ser entendido em relação ao clima e às variáveis do meio físico. Sendo assim, Araujo conclui que Gilberto Freyre:

opera com o conceito de raça, mas transmite a curiosa sensação de que não quer se comprometer com o seu sentido mais usual, deixando-nos diante de um dilema ou, pelo menos, obrigando a questão a permanecer em aberto. Acredito, porém, que este pequeno enigma possa começar a ser elucidado se introduzirmos na discussão uma terceira categoria, o meio físico, cuja importância na costura das teses apresentadas em CGS não pode de maneira alguma ser desprezada (ARAUJO, 1994, p. 38).

Na perspectiva de Araujo, as definições do meio físico, ou meio ambiente, são elementos ainda pouco explorados na obra de Gilberto Freyre, especialmente no que se refere à definição precisa da concepção de raça. Nesse contexto, a variável climática, ou mais precisamente a noção de meio ambiente, tem um papel preponderante para o perfeito entendimento da definição do termo raça presente na obra de Freyre. Nesse sentido, Araujo buscou demonstrar que a definição de raça que consta em *Casa grande & senzala* e em *Sobrados e mucambos* não é a definição genética ligada à tradição galtoniana-mendeliana com a qual estamos mais acostumados a lidar, mas sim uma definição baseada na acepção neolamarckiana do termo. De acordo com a teoria neolamarckiana, muito presente entre os intelectuais brasileiros durante as primeiras décadas do século XX, era preciso levar em consideração as alterações que o meio ambiente exerce sobre os corpos e a possibilidade da transmissão hereditária de tais alterações por meio das gerações, ao contrário do que é defendido pela genética mendeliana e sua noção de transmissão imutável de caracteres herdados. Por isso é que, em Freyre, a noção de clima:

em vez de ser percebida como um terceiro elemento isolado que poderia unicamente se somar aos anteriores, está noção deve ser compreendida como uma espécie de intermediária entre os conceitos de raça e de cultura, relativizando-os, modificando o seu sentido mais frequente e tornando-os relativamente compatíveis entre si. Isto só é possível porque Gilberto trabalha com uma definição fundamentalmente neolamarckiana de raça, isto é, uma definição que, baseando-se na ilimitada aptidão dos seres humanos para se adaptar às mais diferentes condições ambientais, enfatiza acima de tudo a sua capacidade de incorporar, transmitir e herdar as características adquiridas na sua –variada, discreta e localizada– interação com o meio físico, dando origem ao que William I. Thomas (apud Stocking, 1968, p. 245) denominava de “raças artificiais ou históricas, por intermédio da influência do milieu e da difusão de um fundo comum de crenças, sentimentos, idéias e interesses entre uma população heterogênea e trazida pela sorte e pelo acaso a uma mesma zona geográfica” (ARAUJO, 1994, p. 39).

Para Araujo a grande chave interpretativa na obra de Gilberto Freyre deveu-se não apenas a Boas, mas também à biologia neolamarckiana – na qual Freyre teria sido introduzido por intermédio do sociólogo Franklin Giddings, que mantinha um elo entre as ciências naturais e as ciências humanas – e à tendência neolamarckiana de valorização do *milieu*, da adequação fisiológica de determinados grupos humanos a certas condições climáticas e ao melhor desempenho das raças aclimatadas a certos ambientes que dele derivavam, e que eram avaliados de maneira simétrica, determinando as diferenças entre os seres humanos sem hierarquizá-los.

Na perspectiva de Araujo, a combinação entre o pensamento neolamarckiano e a antropologia de Franz Boas só teria sido possível pelo fato de o neolamarckianismo ter sido uma teoria biológica que se contrapunha à vertente biologizante do darwinismo-social e ao mendelismo, especialmente no que dizia respeito às suas concepções sobre constituição racial e sobre hereditariedade. Se por

um lado, os mendelianos acreditavam que as diferenças raciais eram fixas, geneticamente constituídas e transmitidas hereditariamente sem alterações, nos traços físicos e nas aptidões morais dos indivíduos, de acordo com os estágios evolutivos das diversas raças, assim como defendiam que o cruzamento entre “raças”, distintas em sua escala evolutiva, viria a macular a pureza do “sangue”, gerando espécimes degenerados. Por outro lado, os neolamarckianos possuíam uma concepção contrária de “raça”, a qual era entendida como um processo de interação e adequação ao meio ambiente; ademais, esses acreditavam que as características “raciais” de um indivíduo se constituíam por alterações fisiológicas adquiridas e transmitidas hereditariamente, e que se juntavam a um novo processo de adaptação às novas condições climáticas, com o auxílio de tipos adequados de alimentação, higiene e cultura (STEPAN, 1990/2005).

Em tal contexto, a introdução da genética neolamarckiana tornou viável a defesa de uma civilização de povos mestiços nos trópicos e acabou por legitimar a inovadora antropologia trazida por Gilberto Freyre. É possível que tal afinidade possa explicar a afirmar aproximação entre Freyre e os sanitaristas brasileiros, também neolamarckianos. Relação de tal profundidade que aparece como fundamento ao elogio de Freyre ao caráter eugênico do paulista, em *Casa grande & senzala*, tal elogio não esteve pautado na miscibilidade do caipira paulista, entendido como sendo caboclo, mistura de portugueses e ameríndios, que resultaria na miscigenação supostamente superior ao negro ou o mulato, conforme supôs Skidmore (1976).

Ao contrário das conclusões baseadas na maior proximidade do homem caipira paulista à raça branca, onde o elogio de Gilberto Freyre à maior saúde e à maior disposição dos paulistas pautava-se em argumentos muitíssimos parecidos com aqueles utilizados pelos médicos e demais defensores que faziam parte do movimento sanitarista – tais como a valorização das melhores condições de higiene, de adaptação ao clima por meios tecnológicos, ou alteração mecânica do ambiente, pela facilidade de adaptação ao clima mais ameno e, especialmente, pela riqueza e qualidade da alimentação dos paulistas, considerada por Freyre como sendo muito superior à alimentação dos outros brasileiros do período colonial, devido a variáveis sociais e econômicas. Também é importante frisar que Gilberto Freyre não desconsiderava as variáveis econômicas em *Casa grande & senzala*, sendo a melhor saúde do povo paulista também entendida como consequência de a região do Estado de São Paulo ter escapado do que o autor chama de “monocultura esterilizante das plantações de cana-de-açúcar” que dominaram a região Nordeste, durante o período colonial, tendo sido possível cultivar em São Paulo, mesmo que de forma precária, uma agricultura mais diversificada, que acabou por determinar a melhor nutrição do homem desta terra.

Tais afirmações a respeito do caráter eugênico do paulista podem ser lidas na própria obra de Gilberto Freyre, onde o autor afirma terem sido da:

mais alta eugenia do paulista, comparado com os brasileiros de outras zonas, de formação escravocrata, agrária e híbrida tanto quanto a deles, porém menos beneficiados pelo equilíbrio de nutrição resultante em grande parte das condições referidas. “O regime nutritivo dos paulistas não teria sido, pois, dos fatores que menos concorreram para a prosperidade da gente do planalto”, conclui Alfredo Ellis Júnior no sugestivo capítulo que em *Raça de gigantes* dedica à influência do clima e da nutrição sobre o desenvolvimento eugênico dos paulistas (FREYRE, 2009 [1933], p. 94).

Tal trecho não deixa dúvidas de que, para Freyre, a maior eugenia entre os caboclos do Sul do país, derivava de melhores condições sanitárias, alimentares e climáticas, o que foi considerada em *Casa grande & senzala* como sendo uma feliz e saudável exceção no Brasil colonial, onde a nutrição precária e escassa fazia regra, especialmente quando somada ao alcoolismo e às doenças tropicais, fazendo reinar a disgenia entre a maioria da população livre, mestiça ou mesmo branca. Dessa situação, escaparam, por pouco, o branco, quando senhor de engenho, e o negro escravizado, para quem o regime escravocrata destinava-se não as melhores, as maiores porções de alimento para melhor rendimento no trabalho, o que lhes reforçava a saúde e a raça. Por tais razões é que Gilberto Freyre julgava, citando os médicos sanitaristas Miguel Pereira e Belisário Pena, ser:

Natural que dos escravos descendam elementos dos mais fortes e sadios da nossa população. Os atletas, os capoeiras, os cabras, os marujos. E que da população média, livre mas miserável, provenham muitos dos piores elementos; dos mais débeis e incapazes. É que sobre eles principalmente é que têm agido, aproveitando-se da sua fraqueza de gente mal-alimentada, a anemia palúdica, o beribéri, as verminoses, a sífilis, a boubá. E quando toda essa quase inútil população de caboclos e brancarões, mais valiosa como material clínico do que como força econômica, se apresenta no estado de miséria física e de inércia improdutiva em que a surpreenderam Miguel Pereira e Belisário Pena (FREYRE, 2009 [1933], p. 96-97).

Certamente, não pode ser descartado que Gilberto Freyre concordava veementemente com os sanitaristas no fato de que o que corroía a capacidade criadora do brasileiro não era o sangue misturado do caboclo. Freyre não apontava como causa da degradação física e moral do homem nos trópicos, nem o clima, nem a raça, ao contrário dos que:

lamentam não sermos puros de raça nem o Brasil região de clima temperado o que logo descobrem naquela miséria e naquela inércia é o resultado dos coitos para sempre danados, de brancos com pretas, de portugues com índias. É da raça a inércia ou a indolência. Ou então é do clima, que só serve para o negro. E sentença-se de morte o brasileiro porque é mestiço e o Brasil porque está em grande parte em zona de clima quente (FREYRE, 2009 [1933], p. 97).

Por tais artifícios Gilberto Freyre foi capaz de conciliar a ideia de hereditariedade com a ideia de cultura e meio ambiente, o que lhe permitiu relacionar, sem maiores complicações, as variáveis raça, meio ambiente e cultura, não apenas por seu contato com a teoria neolamarckiana na Universidade de Columbia, mas também pela presença de tais teorias entre os sanitaristas e intelectuais brasileiros. No entanto, conforme afirma Ricardo Benzaquen de Araujo (1994), tal empreitada teria custado muito a Gilberto Freyre, chegando mesmo a colocar em risco a própria filiação do autor à tradição boasiana, à qual Gilberto se declarava ligado, ao converter:

a idéia de raça muito mais em um efeito do que propriamente em uma causa, essa concepção neolamarckiana conseguia garantir consistência, estabilidade e sobretudo perenidade à cultura, mas esta garantia se baseava em um compromisso especialmente biológico e por conseguinte destoante, pelo menos até certo ponto, do estilo que caracterizava o mais puro legado de Boas, ao qual Gilberto sempre tentou se filiar (ARAUJO, 1994, p. 39-40).

Mas é preciso que tenhamos aqui um cuidado analítico ainda maior do que teve Ricardo Benzaquen de Araujo, desconfiando até das afirmações consagradas a respeito da escola antropológica de Franz Boas. Para tanto não podemos perder

de vista que até a década de 1930 o trabalho de Franz Boas ainda formava um conjunto um tanto impreciso e disforme do que viria a ser sua herança culturalista. Boas pesquisou variados temas, como linguagem, cultura e, por incrível que possa parecer, raça – esta última de uma forma que pode ser surpreendente para os leitores menos afeitos ao autor, conforme pretendo demonstrar no próximo tópico. Essas afirmações podem ser tranquilamente atestadas pela leitura direta de alguns dos trabalhos de Franz Boas que tratavam do uso de antropometria para avaliar a contribuição do meio na constituição e transformação dos organismos vivos em sua relação dinâmica com as variáveis climáticas; ou a adaptação do que Boas chamou de tipos humanos a novas condições ambientais, tratando de maneira muito específica a noção de raça, que era elaborada pelo viés da teoria da plasticidade, a qual teria enorme importância para Gilberto Freyre. Tais observações acabam por colocar em questão a suposta ausência de ortodoxia na antropologia de Freyre em relação aos escritos de Franz Boas.

Sendo assim, no que se refere à contradição supostamente presente na obra de Gilberto Freyre, no uso e na definição de raça e cultura, conforme apontou Luiz Costa Lima (1989), acabam se apresentando como complexidade, uma complexidade que não se esgota com a adição de noções de biologia neolamarckiana diante da qual a definição do termo raça na obra de Gilberto Freyre permanece irreduzível. Surge, então, novas questões: de onde viria o caráter ambíguo da terminologia racial na obra freyriana, e como podemos entender de forma adequada a enigmática definição do termo meio (*milieu*), ou meio ambiente, presente no trabalho de Freyre?

### 3. Raça, cultura e nacionalidade na Antropologia de Franz Boas

Ao reler Gilberto Freyre, temos mesmo a impressão de que toda sua obra está direcionada para o esforço de dizer o passado e predizer o futuro, especialmente se relacionarmos a obra ao período em que foi escrita, quando o Brasil era moldado para sua fase republicana e a inexistência de uma “raça nacional” não mestiça era considerada por muitos autores da época como fator indispensável para a formação de uma civilização moderna, enquanto Freyre afirmava que a civilização tropical só podia vir a ser estabelecida por múltiplas raças e pela mestiçagem responsável pela perfeita adaptação dos organismos às condições climáticas dos trópicos.

A preocupação em definir o futuro do Brasil aparece na fala do próprio Gilberto Freyre, quando ele declarou se sentir incumbido de definir os rumos da nação brasileira, desde a juventude, salvando-a da condenação do determinismo racial das teorias arianistas e da condenação inflexível à mestiçagem graças as respostas para suas inquietações que encontrou no trabalho de Franz Boas, conforme se pode ler na introdução escrita por Gilberto para a primeira edição de *Casa grande & senzala*:

O Professor Franz Boas é a figura de mestre de que me ficou até hoje maior impressão. Conheci-o nos meus primeiros dias em Colúmbia. Creio que nenhum estudante russo, dos românticos, do século XIX, preocupou-se mais intensamente pelos destinos da Rússia do que eu pelos do Brasil na fase em que conheci Boas. Era como se tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o da miscigenação (FREYRE, 2009 [1933], p. 31).

Tal citação também demonstra o apego de Gilberto Freyre pelas teorias de Franz Boas, em especial pelos textos escritos entre os anos de 1910 e 1930 – razão que me permite afirmar que as inquietações de Gilberto Freyre não destoavam das preocupações antropológicas de Boas, apesar de não se reduzirem a essas. Conforme esbocei no tópico anterior, as preocupações de Boas excediam as questões culturais e linguísticas, abarcando, ao contrário do que afirma a tradição antropológica, questões de antropologia biológica, especialmente no que se referia à mestiçagem e às nacionalidades – o que o fez produzir trabalho sobre mestiçagem nas Américas, sem descuidar da manifestação do mesmo fenômeno no Velho Continente. Tais preocupações de Franz Boas estavam definitivamente alinhadas com as do jovem Gilberto Freyre, em sua jornada pela definição de raça e nacionalidade brasileiras.

Notadamente, é pouco comentado que Franz Boas havia se debruçado sobre questões relacionada ao tipo nacional e as novas nacionalidades formadas no continente americano, especialmente nos Estados Unidos da América, durante as duas primeiras décadas do século XX, num trabalho que ocupou parte considerável da vida do antropólogo e a partir do qual Franz Boas desenvolveu os princípios básicos de sua teoria racialista: a noção de aclimatibilidade/plasticidade, que se consiste na capacidade de os seres humanos se adaptarem às variações ambientais; e a noção de “ecotipos”, resultado do processo de aclimatibilidade/plasticidade materializado ou estabilizado em determinados grupos humanos.

Dentre os escritos de Franz Boas que tratam da aclimatibilidade e da plasticidade dos tipos humanos, destaco o artigo intitulado “Changes in bodily forms of descendants of immigrants”, que consta na coletânea de artigos *Race, language and Culture* (1910-1913/1940). O artigo passou por várias edições, entre 1910 e 1913, tendo sido citada no prefácio à primeira edição de *Casa grande & senzala*<sup>385</sup> a versão publicada numa edição de documentos do Senado de Washington, datada de 1910-1911.

No referido artigo, Franz Boas argumenta que pessoas nascidas nos Estados Unidos, mas, descendentes de imigrantes de países europeus, diferiam do tipo físico de seus pais, por alterações físicas, como formato e dimensão do crânio, alterações essas que surgiam na infância e perduravam por toda a vida dos indivíduos. Tais alterações foram medidas e dispostas pelo antropólogo em gráficos, onde os dados foram agrupados de acordo com o que se considerava como sendo tipos as origens nacionais ou raciais de seus pais (“boêmios”, “hebreus”, “sicilianos” e “napolitanos”), levando-se em consideração o sexo dos indivíduos e o tempo de permanência dos mesmos nos Estados Unidos. Tais informações foram relacionadas com alterações na largura e no comprimento da face, no índice cefálico, assim como na altura e peso corporal dos indivíduos nascidos em solo americano. De acordo com Boas, o grau de alterações variava entre os indivíduos de acordo com o tempo de exposição da mãe ao novo meio ambiente, antes do nascimento da criança, de forma que o índice encefálico de filhos de pais “hebreus” nascidos nos EUA era menor do que o das crianças “hebreias” nascidas na Europa, embora não houvesse variação nos níveis de desenvolvimento intelectual entre os dois elementos (BOAS, 1910-1913/1940, p. 60-67). Boas não oferece uma causa definitiva para os fenômenos observados, limitando-se a apontar para a questão da variação corporal de indivíduos de uma mesma procedência, quando expostos a um

<sup>385</sup> A cópia citada por Freyre trata de edição 1910-1911 do Senate Documents, Washington.



novo ambiente social e geográfico, e a condições climáticas diversas, fenômeno que o autor chama, de forma um tanto vaga, de plasticidade ou instabilidade dos tipos humanos. De acordo com o antropólogo, tais observações colocavam em xeque a tese da permanência genética dos tipos raciais, independente de variantes externas, proposta pelos mendelianos.

Franz Boas continuou sua argumentação em artigos posteriores, como em “Modern populations of America”, apresentado pelo antropólogo no 19th. International Congress of Americanists, em dezembro de 1915, na cidade de Washington. Nesse artigo, Boas tentou invalidar afirmações de que a miscigenação era fator responsável pela por deterioração de tipos humanos e ainda se ocupou em elogiar a capacidade de aclimação do homem, com destaque especial para o homem mestiço, a novos ambientes climáticos, fatores que, de acordo com Boas, tornariam possível a constituição de estados modernos e autônomos formados por povos mestiços, originalmente nacionais, no continente americano.

Boas também questionou em seu artigo afirmações como as de “que raças mistas – como os mulatos ou os mestiços americanos – são inferiores em qualidades físicas e mentais, ou que herdam todos os traços desfavoráveis das raças parentais” (BOAS, 1944 [1915], p. 19), afirmando ser a mestiçagem um fenômeno universal, presente em todas as fronteiras de “áreas habitadas por qualquer uma das raças fundamentais da humanidade, [onde] ocorrem tipos mistos e não há nada que prove que esses tipos são inferiores fisicamente ou mentalmente” (BOAS, 1944 [1915], p. 19).

Mais do que isso, Boas afirmou que em alguns aspectos os mestiços teriam melhores condições físicas do que a de seus pais, considerados não mestiços, quando tratou da miscigenação entre brancos e indígenas nos Estados Unidos.

Boas afirmava que as deficiências observadas entre os grupos mestiços, tanto de brancos e indígenas quanto de brancos e negros, nos Estados Unidos, deveriam ser creditadas com muito mais segurança a causas sociais, como a falta de cuidados médicos e as desigualdades econômicas, do que a causas genéticas ou biológicas. Ainda assim, ele continuou com a demonstração do resultado de suas pesquisas de campo no intuito de demonstrar as diferenças entre alterações genéticas hereditárias e alterações promovidas pelas adaptações fisiológicas do organismo ao meio. As pesquisas de Franz Boas, naquele momento, estavam baseadas em práticas antropométricas, centradas na medição e análise do formato das cabeças de tipos miscigenados, cujos resultados eram comparados com os de seus pais, não miscigenados, e apresentavam números díspares. No entanto, as transformações antropométricas ali encontradas não foram atribuídas por Boas à hereditariedade genética, mas à mudança de continente e, conseqüentemente, de clima. A respeito do formato das cabeças dos porto-riquenhos mestiços e das diferenças em relação ao de seus pais, Franz Boas declarou:

Recentemente, investiguei essa questão em Porto Rico e descobri que o tipo de população moderna não se enquadra em nenhum dos tipos ancestrais. A população é derivada em grande parte de fontes espanholas, tanto que entre os indivíduos que medi, uma grande porcentagem eram filhos de pais espanhóis. Além disso, encontramos uma infusão considerável de sangue negro e presumo também certa sobrevivência de sangue indígena. Os tipos ancestrais, exceto os índios, são decididamente de cabeça longa. O sangue indígena não pode ser muito considerável; no entanto, descobrimos que os porto-riquenhos de hoje

tem a cabeça tão curta quanto à média dos franceses do Auvergne. Portanto, podemos concluir que o movimento de populações da Europa para o nosso continente é acompanhado por certas mudanças de tipo, cuja extensão não pode ser definitivamente determinada no momento atual (BOAS, 1944 [1915], p. 26).

Ainda em *Race, language and Culture*, é possível encontrar outro importante artigo capaz de ilustrar o pensamento do autor sobre as alterações no corpo humano em sua relação com o meio ambiente. Datado de 1916, e intitulado “New evidence in regard to the instability of human types”, o artigo aborda a questão de determinadas alterações corporais em novos ambientes, como as mudanças de índice cefálico e formato do rosto, em indivíduos filhos de imigrantes europeus, nascidos nos Estados Unidos. Em sua exposição, mais uma vez, Boas critica os argumentos apresentados pela biologia mendeliana, especialmente em relação à afirmação sobre a existência de raças e sub-raças europeias, pautada, exclusivamente, em uma explicação meramente genética. Frente a teoria de Mendel e seus discípulos, que tentavam explicar a diferenciação dos grupos humanos por sua constituição biológica supostamente imutável, hereditariamente transmissível e constituidora de especificidades fisiológica que determinariam as diferenças fixas entre determinados povos, Franz Boas ofereceu um modelo fisiológico plástico, adaptável ao ambiente, em relação fluida e ativa com o meio ecológico, fenômeno que levaria à formação do que Boas chamou de “ecotipos”, ou raças fisiológicas, produtos da adaptação plástica dos indivíduos ao meio ecológico, peça final do modelo explicativo que acabará por se tornar o grande trunfo da teoria racista boasiana. Assim, Boas afirma que:

Autores como Deniker, e muitos outros, realizaram sobre tais bases uma elaborada classificação de tipos europeus em várias “raças” e “sub-raças”.

Nessa classificação, supõe-se que cada raça que encontramos no presente momento, em seu ambiente particular, é um tipo hereditário diferente dos outros. Para expressar essa suposição, gostaria de usar o termo que essas raças e sub-raças representam, tipos “genéticos” - genéticos, no sentido de que suas características são determinadas apenas pela hereditariedade. A questão que, no entanto, não foi respondida, é se esses tipos são realmente genéticos, ou se são o que eu poderia chamar de “ecótipos”, na medida em que sua aparência é determinada por condições ambientais ou ecológicas. Se incluirmos neste termo não apenas condições ambientais em um sentido geográfico e social, mas também condições que são determinadas pelo próprio organismo, poderíamos, talvez, melhor chamá-las de *tipos fisiológicos*, no mesmo sentido em que o biólogo fala de *raças fisiológicas*. Minha investigação em seguida, foi direcionada para a questão de até que ponto um certo tipo de homem pode ser considerado um tipo genético, e até que ponto pode ser considerado um tipo fisiológico. Se existe algum tipo de influência ambiental, é óbvio que nunca podemos falar de um tipo genético em si, mas que todo tipo genético aparece sob certas condições ambientais ou fisiológicas, e que, nesse sentido, estamos sempre lidando com a forma fisiológica de certo tipo genético. A questão, então, que exige uma resposta, é, em que medida os tipos genéticos podem ser influenciados por mudanças fisiológicas (BOAS, 1940 [1916], p. 77).

Para embasar os apontamentos e questionamentos presentes em seu artigo, Boas recorre mais uma vez aos dados obtidos por ele em sua pesquisa antropológica em Porto Rico, argumentando que as transformações nas medidas cranianas entre os porto-riquenhos, formados por elementos europeus, ameríndios e africanos, não poderiam ser explicados como produtos dos cruzamentos

genéticos, sendo, antes, resultados de modificações fisiológicas determinadas pelas condições ambientais às quais aquelas pessoas estavam submetidas, uma vez que:

os ancestrais espanhóis que contribuíram para a formação da população tinham a cabeça longa, quanto viviam na Espanha. O elemento negro é de proveniência mista, oriundo de muitas partes diferentes da África, mas, no geral, o negro na África também tem a cabeça alongada. O elemento das Índias Ocidentais, a julgar pelos poucos crânios pré-históricos que foram recuperados, representa um tipo de cabeça muito curta. O porto-riquenho moderno é de cabeça curta a tal ponto que mesmo uma mistura pesada de sangue índio não poderia explicar o grau de sua cabeça curta. Se aplicarmos os resultados de instâncias conhecidas de mistura ao nosso caso particular e assumirmos a estabilidade do tipo, veremos que, mesmo se a população fosse metade indígena e metade espanhola e negra, o índice de cabeça seria consideravelmente menor do que o que nós realmente observamos. Não há, portanto, nenhuma fonte que explicaria a forma atual da cabeça como um tipo genético; e somos compelidos a assumir que a forma que observamos é devida a uma modificação fisiológica que ocorreu sob o novo ambiente (BOAS, 1940 [1916], p. 80).

Diante das conclusões de Boas, não me parece absurdo afirmar que os artigos do autor, especialmente os que trataram de questões referentes à raça, foram mais do que um combate ao racismo da antropologia evolucionista, configurando uma defesa do tipo mestiço e de seu direito e capacidade de constituir uma civilização autônoma no novo continente. Tal preocupação reaparece, de forma mais explícita no artigo “Report on an anthropometric investigation of the population of the United States”, publicado no *Journal of the American Statistical Association*, em junho de 1922. No texto, Boas trata diretamente da questão da relação entre raça e nacionalidade, demonstrando a falácia que constituía as afirmações a respeito da suposta pureza das raças nacionais europeias e, conseqüentemente, do ineditismo das relações miscigenadas no continente americano, afirmando que, ao contrário da apregoada pureza racial dos tipos nacionais europeus, tendo sido “todas as nacionalidades europeias são altamente complexas em sua origem. Mesmo aquelas mais reclusas e recebendo menos quantidade de sangue estranho no presente momento, estiveram em tempos passados sob condições totalmente diferentes” (BOAS, 1944 [1922], p. 28).

Boas segue afirmando que a miscigenação não é uma especificidade do continente americano nem dos novos povos que ali se formavam, e insiste que mesmo. Os povos europeus, considerados raças puras e estáveis, foram produtos de um longo e tortuoso processo de mistura de vários tipos humanos e de adequação às condições impostas pelo meio – fenômeno que se repetia nos Estados Unidos, mas que, na opinião do antropólogo, seria mais rapidamente estabilizado, devido à inexistência de classes sociais hereditárias no solo norte-americano.

Boas dá seguimento a sua argumentação em “Report on an anthropometric investigation of the population of the United States” (1940 [1922]), Franz Boas retoma importantes observações a respeito de sua perspectiva sobre a teoria genética e hereditariedade, especialmente, sobre as possibilidades de transformação e permanência de características fisiológicas de indivíduos submetidos a novos meios climáticos e sociais, afirmando que as “formas simples de hereditariedade mendeliana não costuma ser aplicáveis” (BOAS, 1940 [1922], p. 35), especialmente para medir e prever permanências e transformações fisiológicas complexas nos seres humanos (BOAS, 1940 [1922], p. 33-35). Franz Boas insiste em afirmar que a teoria de hereditariedade, por parte dos mendelianos, é usada de “maneira um tanto

solta” para descrever as mudanças raciais, as quais, em sua opinião, deveriam ser analisadas com maior cuidado, a fim de estabelecer as distinções “entre a estabilidade hereditária de uma população e as características hereditárias que determinam a forma corporal e funções de um indivíduo” (BOAS, 1944 [1922], p. 33). Tais questões eram centrais para Boas que tinha por intuito de determinar se a manutenção de certos aspectos fenóticos é produto da adaptação de determinados “ecotipos” a um determinado clima, conforme o autor suspeitava, ou se, conforme defendiam os mendelianos, é uma simples transmissão de características hereditárias.

De forma similar, Boas admite que mesmo desconsiderando a possibilidade de que as estabilidades e instabilidades das formas corporais ao longo de gerações não sejam diretamente derivadas da transmissão hereditária de caracteres adquiridos pelos indivíduos e que tenham sido capazes de alterar seu “plasma germinativo”, tornando-se, portanto, hereditária, conforme previa uma abordagem neolamarckiana, os pesquisadores deveriam considerar a possibilidade, mais plausível para o autor, de que a capacidade de adaptar-se a novos meios fosse uma das principais características presente no plasma germinativo, de maneira a valorizar a “plasticidade” ou “adaptabilidade”, única característica genética que lhe parecia ser, de fato, hereditariamente transmissível (BOAS, 1944 [1922], p. 36).

A influência do meio ambiente é por vezes desconsiderada devido a sua obviedade, em especial no que refere à forma do corpo, que se transforma, de modo muito sucinto, desde seu nascimento e ao longo de toda a vida do indivíduo. Isso faz com que se considere, de forma equivocada, que tais transformações sejam entendidas como resultado exclusivo da hereditariedade racial, desconsiderando fatores como higiene e clima. Sendo assim, seria mais seguro atentar para a influência exercida pelo meio ambiente sobre a forma do corpo, e compará-la com a influência que o meio tem sobre o desenvolvimento das plantas, que de acordo com a qualidade e umidade do solo variam na forma de suas folhas, e em sua pilosidade, de maneira que os corpos, assim como as plantas, caso mude de ambiente, mudara também seu aspecto, o que Boas julga ser possível ocorrer com os seres humanos, graças a sua “plasticidade”, suposição que, no entanto, não respondia todas as questões sobre o assunto, uma vez que, segundo Boas:

Ainda que reconhecamos a influência do meio ambiente sobre a forma do corpo, incluindo características como massa corporal ou formas musculares e o funcionamento dos órgãos, parece justificável definir características raciais como as de uma planta variável, ou seja, afirmando que sob condições ambientais definidas, a forma corporal de uma raça e seu funcionamento são os que observamos, sem prejudicar a questão de até que ponto as modificações na forma e na função podem resultar da mudança do ambiente. O problema real, então, seria determinar se e até que ponto as características do corpo podem ser tão influenciadas (BOAS, 1944 [1922], p. 37).

#### 4. Conclusão

Parece-me seguro afirmar que tais discussões sobre aclimação e plasticidade dos organismos humanos em sua adaptação ao meio ambiente, climático ou social, e sobre a formação de “ecotipos”, que partiram de Boas, forçosamente chegaram até Gilberto Freyre, que além de conhecer as pesquisas e questionamentos de Franz Boas, mencionadas acima, as seguiu de perto. Isso ocorreu, especialmente, quando admitiu a possibilidade da plasticidade humana e das alterações em seres humanos

submetidos a novos climas e ambientes – elementos que aparecem em *Casa grande & senzala*, em que ocupam lugar de grande importância, inclusive citando os resultados demonstrados por Boas em seus artigos sobre a mestiçagem nos Estados Unidos. Esses resultados são utilizados por Gilberto Freyre para respaldar sua argumentação a respeito das transformações sofridas pelo português, em sua “moral católica e semita”, quando submetido aos trópicos. Freyre soma aos argumentos de Boas o de outros autores favoráveis à tese da adaptação ao meio, como Spengler, Gould, Baxter e Wissler. Assim, de acordo com Freyre:

A formação patriarcal do Brasil explica-se, tanto nas suas virtudes como nos seus defeitos, menos em termos de “raça” e de “religião” do que em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização da família, que foi aqui a unidade colonizadora. Economia e organização social que às vezes contrariaram não só a moral sexual católica como as tendências semitas do português aventureiro para a mercancia e o tráfico.

Spengler salienta que uma raça não se transporta de um continente a outro; seria preciso que se transportasse com ela o meio físico. E recorda a propósito os resultados dos estudos de Gould e de Baxter, e os de Boas, no sentido da uniformização da média de estatura, do tempo médio de desenvolvimento e até, possivelmente, a estrutura de corpo e da forma de cabeça a que tendem indivíduos de várias procedências reunidos sob as mesmas condições de “meio físico”. De condições bioquímicas talvez mais do que físicas; as modificações por efeito possivelmente de meio, verificadas em descendentes de imigrantes - como nos judeus sicilianos e alemães estudados por Boas nos Estados Unidos - parecem resultar principalmente do que Wissler chama de influência do biochemical content (FREYRE, 2009 [1933], p. 34-35).

É importante ressaltar que ao considerar que as alterações em contato são capazes de produzir reações adaptativas nos organismos humanos, Freyre não desconsidera a importância da ação dos homens na transformação do próprio ambiente em que vivem, via cultura, pela alteração ou adaptação ao clima – por meio de transformações manifestas na construção de diques, na drenagem de solos pantanosos, na irrigação de solos áridos e na edificação de moradias adaptadas ao clima, assim como na adaptação das atividades econômicas compatíveis com as possibilidades oferecidas pelo ambiente. Isso teria levado a colonização do Brasil a basear-se na atividade agrária, patriarcal e escravocrata, fenômeno que torna ainda mais complexa a definição dos tipos raciais, ou antes, “ecótipos” ou tipos-fisiológicos em sua relação com o meio, visto que, segundo Gilberto Freyre, sendo:

Admitida a tendência do meio físico e principalmente do bioquímico (biochemical content) no sentido de recriar à sua imagem os indivíduos que lhe cheguem de várias procedências, não se deve esquecer a ação dos recursos técnicos dos colonizadores em sentido contrário: no de impor ao meio formas e acessórios estranhos de cultura, que lhes permitem conservar-se o mais possível como raça ou cultura exótica (FREYRE, 2009 [1933], p. 35).

Gilberto Freyre teve ainda a possibilidade de ampliar a crítica ao mendelismo-weismanniano, anteriormente realizada por Franz Boas, tendo sido capaz de colocar em questão, com maior ênfase, o problema relativo ao dogma da impossibilidade de transmissão de características adquiridas.

Sob o novo ceticismo científico o problema dos caracteres adquiridos é dos que se recolocam entre as questões flutuantes e suscetíveis de debate. Já não soa tão persuasiva a palavra de Weismann: os caracteres adquiridos não se transmitem. Os caracteres somatogênicos não se convertem em blastogênicos. São as experiências práticas de Pavlov, na Rússia, e de McDougall, nos Estados Unidos,

que vêm enriquecer o neolamarckismo ou, pelo menos, afetar o weismannismo (FREYRE, 2009 [1933], p. 376).

Parece-me inegável que ao comparar as afirmações de Franz Boas a respeito da existência de alterações fisiológicas em seres humanos, produzidas pelo ambiente, e as divagações de Freyre, no que se refere às possibilidades de transmissão de caracteres adquiridos, não se afastam das observações realizadas pelo discípulo Gilberto, ao valorizar o poder transformador da cultura e do ambiente na constituição dos tipos humanos:

Lowie parece-nos colocar a questão em seus verdadeiros termos. Como Franz Boas, ele considera o fenômeno das diferenças mentais entre grupos humanos mais do ponto de vista da história cultural e do ambiente de cada um do que da hereditariedade ou do meio geográfico puro [...] (FREYRE, 2009 [1933], p. 381).

Mas, Gilberto Freyre também considera a possibilidade de transmissão hereditária de caracteres adquiridos, apesar de não oferecer um posicionamento definitivo a favor de tal preposição. Freyre insiste na sugestão de Boas de que o meio ambiente seja capaz não apenas de alterar o tipo físico de imigrantes, mas também de produzir alterações em relação ao meio que seriam hereditariamente transmissíveis e capazes de, ao longo das gerações, produzirem um novo tipo físico, adequado às condições climáticas e culturais de uma dada localidade. Assim:

Diante da possibilidade da transmissão de caracteres adquiridos, o meio, pelo seu físico e pela bioquímica, surge-nos com intensa capacidade de afetar a raça, modificando-lhe caracteres mentais que se tem pretendido ligar a somáticos. Já as experiências de Franz Boas parecem indicar que o *biochemical content* - como o chama Wissler - é capaz de alterar o tipo físico do imigrante. Admitida essa alteração, e a possibilidade de gradualmente, através de gerações, conformar-se o adventício a novo tipo físico, diminui, consideravelmente, a importância atribuída a diferenças hereditárias de caráter mental, entre as várias raças (FREYRE, 2009 [1933], p. 377).

Essas são as linhas gerais pelas quais podemos definir a terminologia racial em Gilberto Freyre, que em nada contrasta com o pensamento racista de Franz Boas, pautado num complexo multifatorial que fez frente as teorias genéticas de cunho determinista e hierarquizante, como a teoria mendeliana.

Araujo fez uma leitura muito similar à que faço aqui, ao considerar ser pequeno o risco de dano ao conjunto da obra de Freyre ou sua ligação com a antropologia de Franz Boas, devido ao fato de a concepção neolamarckiana de raça não implicar conclusões evolucionistas, além de levar em maior consideração a influência do milieu - “environment” no texto original de Boas e meio na tradução de Freyre - na constituição racial.

No entanto, a definição exata do termo raça, em sua relação com o ambiente, o clima e as possibilidades de transmissão hereditária de características fisiológicas adquiridas, presente na obra de Gilberto Freyre, foi perdida neste quase um século que nos separa da primeira edição de suas obras, e só pode ser apreendida pelos leitores contemporâneos com os devidos cuidados hermenêuticos, especialmente pelos sentidos que foram atribuídos ao termo raça ao longo do século XX e, em particular, depois do uso deturpado que os nazistas fizeram do termo na Segunda Guerra Mundial.